
GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE NA CONTA RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EARNINGS MANAGEMENT IN BRAZILIAN CREDIT COOPERATIVES: AN ANALYSIS ON THE REVENUE ACCOUNT WITH PROVISION OF SERVICES

Elisane Brandt

Mestre em Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Blumenau – FURB:

*Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 – Jardim Botânico – Curitiba- PR – CEP 80210-170
Telefone: (41) 98899-9943
E-mail: elisane_brandt@hotmail.com*

Cassiana Bortoli

Mestre em Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em contabilidade, Universidade Federal do Paraná - UFPR

*Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 – Jardim Botânico – Curitiba- PR – CEP 80210-170
Telefone: (41) 98899-9943
E-mail: cassianabortoli@gmail.com*

*Recebido: 01/07/2021 Aprovado: 25/01/2022
Publicado: 30/04/2022*

Marcos Wagner da Fonseca

Doutor em Desenvolvimento Econômico, Programa de Pós-Graduação em contabilidade, Universidade Federal do Paraná - UFPR

*Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 – Jardim Botânico – Curitiba- PR – CEP 80210-170.
Telefone: (41) 98899-9943
E-mail: mwfonseca@ufpr.br*

RESUMO

Em países emergentes, onde o mercado de capitais não é tão desenvolvido, há necessidade de alternativas para a captação de recursos. Assim, as cooperativas de crédito atuam como instrumento para inserção no sistema financeiro. Embora sejam consideradas organizações sem fins lucrativos, assemelham-se tanto as instituições financeiras de varejo (pela quantidade de clientes), quanto as instituições de capital aberto (pelo direito a voto em assembleias e participação de resultados aos associados), de forma a apresentar motivos suficientes para a prática de Gerenciamento de Resultado (GR). Este estudo investiga se cooperativas de crédito brasileiras utilizam receita com prestação de serviços para gerenciar seus resultados. A amostra consistiu nas 98 maiores cooperativas, com dados anuais entre 2012 e 2020 (831 observações), coletados no site do IBGE e BACEN e analisados por meio de Regressão Linear Multivariada com dados em Painel de Efeitos Fixos e Erros-padrão Robustos. Os resultados indicam GR para persistência dos lucros, bem como, que o GR real está sendo utilizado de forma substitua ao artificial, e não complementar, o que pode indicar maior pressão dos órgãos de fiscalização e auditoria, haja visto que o gerenciamento real é de difícil detecção.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Gerenciamento de Resultados. Persistência dos Lucros. Suavização de Resultados. Brasil.

ABSTRACT

In emerging countries, where the capital market is not so developed, there is a need for alternatives for raising funds. Thus, credit cooperatives act as instruments for inclusion in the financial system. Although they are considered non-profit organizations, they resemble both retail financial institutions (by the number of customers) and publicly traded institutions (by the right to vote in meetings and participation in the results of members), in order to present reasons sufficient for the practice of Earnings Management (GR). This study investigates whether Brazilian credit unions use income from service provision to manage their results. The sample consisted of the 98 largest cooperatives, with annual data between 2012 and 2020 (831 observations), collected on the IBGE and BACEN websites and analyzed using Multivariate Linear Regression with data from a Panel of Fixed Effects and Robust Standard Errors. The results indicate GR for persistence of profits, as well as, that the real GR is being used as a substitute for the artificial one, and not complementary, which may indicate greater pressure from the inspection and auditing bodies, given that the real management is of difficult detection.

Keywords: Credit Unions. Results Management. Earnings Persistence. Result Smoothing. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

As informações contábeis influenciam as tomadas de decisões de seus usuários. À vista disso, há um aumento na demanda por divulgações mais transparentes, confiáveis, tempestivas e adequadas às normas, princípios contábeis e legislação vigente (MAZZIONI; KLANN, 2016). Tais características, da adequada divulgação, auxiliam na avaliação do impacto de eventos futuros e a correção de decisões de insucesso passadas (CPC, 2011). No entanto, sabe-se que há certo grau de liberdade, permitido por lei, onde o conteúdo e a forma de apresentação das informações contábeis podem sofrer interferência dos interesses próprios de quem as elabora, caracterizado por Gerenciamento de Resultados (GR) (MARTINEZ, 2001, 2008; OLIVEIRA et al., 2009). Essa prática ocorre quando as instituições tentam evitar a divulgação de resultados desfavoráveis aos interesses da organização, sejam eles perdas incorridas no período, ou até mesmo, lucros, de modo a prejudicar a qualidade das informações e conseqüentemente a utilidade delas.

Assim como nas corporações, as instituições financeiras também possuem interesse na prática de GR. Isso ocorre, principalmente, devido serem instituições: estatais, de capital aberto ou, ainda, cooperativas de crédito. Contudo, sua prática pode trazer impactos negativos para a solidez no Sistema Financeiro Nacional – SFN (MAIA et al, 2013; PEREIRA; SAITO, 2015). Ao alocar os recursos de forma eficiente, as instituições de crédito desempenham papel fundamental na economia. Logo, as fragilidades inerentes e opacidade das informações podem suscitar em custos elevados para a sociedade (SHAH; JAN, 2014). Em outros termos, a descontinuação de uma instituição financeira traz conseqüências como a deficiência no processo de desenvolvimento. E, em países emergentes, onde o mercado financeiro é pouco desenvolvido, há necessidade de manter a saúde financeira das instituições existentes, assim como buscar alternativas para a captação de recursos (BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2016).

Em ambientes como este, e o Brasil é um caso, as cooperativas de crédito surgem para aumentar a democratização do crédito. Nesse escopo, Woccu (2019) se preocupou em descrever o cenário das instituições de crédito a nível mundial e destaca que, em 2017: (1) 118 países contavam com a presença de cooperativas, as quais abrangiam 85.500 unidades e 274.227.022 associados, ou seja, 9,38% da população economicamente ativa (WOCCU, 2019); (2) em alguns países, como, Canadá, Estados Unidos, Equador e Uruguai, essas instituições representam pouco mais de 40% da população economicamente ativa; e (3) se

tratando do Brasil, muito embora haja 9.993.000 associados, o que representa 6,91% da população economicamente ativa, esse número evoluiu exponencialmente em comparação a ano de 2005, no qual a representatividade era de 1,85%. Ao considerar o apelo social existente para com as cooperativas de crédito, no sentido de desenvolvimento local, destaca-se que, elas assemelham-se de instituições financeiras de varejo em quantidade de clientes, e com instituições de capital aberto, tendo em vista a participação do associado em assembleias que garantem aos associados tanto o poder de voto, e quanto a participação nos resultados. Além disso, o Banco Central do Brasil – BACEN regulamenta a adequação mínima do capital, (MAIA et al., 2013). Esses fatores acentuam a disposição para a prática de GR.

De modo geral, estudos realizados até o momento, sobre a prática de GR em instituições financeiras, são antagônicos em suas evidências (HILLIER; HODGSON; STEVENSON-CLARKE, LHAOPADCHAN, 2008; BROWN; DAVIS, 2009; MAIA et al., 2013). No âmbito internacional, o estudo do GR em bancos desenrola-se em sua maioria por meio da análise realizada na conta Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD (AHMED; TAKEDA; THOMAS, 1999; FONSECA; GONZALEZ, 2008; SAURINA, 2009; BALLA; MCKENNA, 2009; DANTAS et al., 2013; MACEDO; MACEDO; KELLY, 2015; CURCIO; HASAN, 2015; KOCH; WAGGONER; WALL, 2018). No Brasil, o precursor de estudos sobre gerenciamento de resultados em instituições financeiras foi Goulart (2007), dirigindo atenção à conta PCLD. Posteriormente, Maia et al. (2013), Dantas et al., (2013), e Bressan, Bressan e Silva (2016) também procederam essa forma. Já, Ozili (2017) desenvolve um modelo para detectar o GR, o qual analisa o comportamento das receitas com prestação de serviços. Segundo o autor, essa prática seria mais invasiva, partindo do gerenciamento dos *accruals* discricionários artificiais (detectados na PCLD) para os reais.

Pode-se resumir a conjuntura apresentada em: (1) há claros motivos para a realização do gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito, como a existência de cooperados que possuem direito a voto e desejam receber sobras, bem como, o gestor em manter-se no cargo; (2) o BACEN acaba por estimular o GR uma vez que regulamenta a adequação mínima de capital; (3) o SFN pode estar fragilizado pelas práticas de GR; e (4) as instituições de crédito, podem ter evoluído a forma de GR de modo que auditorias internas/externas tendem a não captar, por implicar efetivamente nos resultados. Os pontos observados na literatura, conduziram a realização da pesquisa sob o questionamento: Será que as cooperativas de crédito gerenciam os resultados com o propósito de (1) manter os resultados aceitos pelos cooperados e órgãos reguladores (suavizar), ou (2) fortalecer os lucros já reportados? Assim, a presente pesquisa tem como objetivo investigar se as cooperativas de crédito brasileiras utilizam receita com serviços prestados para suavização dos ganhos reportados ou para aumentar a persistência dos lucros como gerenciamento de resultados.

O presente estudo é motivado sobretudo pela importância do segmento de cooperativas de crédito no Brasil no que tange a oferta de serviços financeiros. Optou-se por estudar as cooperativas brasileiras pois, como país emergente, o mercado de capitais é pouco desenvolvido, e cada vez mais as cooperativas têm contribuído para o financiamento de projetos (BRESSAN, 2009). Embora seja um tema proeminente na literatura internacional, poucos são os estudos que visam entender as particularidades brasileiras (MAIA et al., 2013). Justifica-se também pois, a maioria dos estudos estão voltados às companhias abertas e uma quantidade menor de trabalhos sobre instituições financeiras, quase não consta trabalhos sobre cooperativas de crédito. Goulart (2007) destaca que grande parte dos estudos sobre GR exclui as instituições financeiras em função das suas especificidades. Deste modo, o estudo alerta os usuários das informações contábeis de cooperativas de crédito para a potencial existência da prática, bem como de suas possíveis consequências. Por fim, contribui para com os órgãos reguladores, ao fornecer elementos de estudo a ser explorado em cooperativas de crédito.

2 GERENCIAMENTO DE RESULTADO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A atividade bancária desempenha, ao longo do tempo, uma função relevante no funcionamento de qualquer economia, sobretudo ao que diz respeito as atividades relacionadas às intermediações financeiras

(GOULART, 2007). As instituições bancárias ocupam uma posição central no sistema financeiro de qualquer nação e são agentes essenciais no processo de economias de mercado (PEREIRA; SAITO, 2015). Em países emergentes, como o Brasil, onde o mercado de capitais não é tão desenvolvido, tornam-se a principal fonte de financiamento e/ou investimento (BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2016). Por conseguinte, é imprescindível que esse sistema financeiro seja sólido, munido de informações transparentes, e esteja em conformidade com a legislação vigente (MAZZIONI; KLANN, 2016). Havendo solidez, um nível de confiança das partes interessadas será estabelecido. À vista disso, órgãos internacionais e bancos centrais têm defendido a divulgação de informações capazes de denotar sua real situação patrimonial e financeira (GOULART, 2007).

O Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (Basel Committee on Banking Supervision) é responsável por elaborar recomendações, como a Basiléia III, a fim de proteger o sistema financeiro de possíveis crises, garantir a transparência informacional e melhorar a base de capital dos bancos para evitar ineficiências de mercado e inadimplência de crédito (JOVANOVIC; ARNOLD; VOIGT, 2017). Assim, por meio da observância dessas recomendações, busca-se atender requisitos mínimos de capital e a padronização das transações financeiras (PEREIRA; SAITO, 2015). Para Fonseca e Gonzalez (2008), a regulamentação objetiva a proteção dos investidores por meio da garantia dos direitos dos acionistas minoritários, direitos do credor e o cumprimento legal. Essa supervisão torna-se ainda mais importante quando em uma economia está em desenvolvimento, com menos opções de financiamento e menor presença do mercado de capitais (PEREIRA; SAITO, 2015).

Em países emergentes, há necessidade de alternativas para a captação de recursos (BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2016). No Brasil, as cooperativas de crédito são um importante instrumento de inclusão no sistema financeiro. Segundo dados do BACEN (2020), existem 1.033 cooperativas de crédito no Brasil e representam a sexta maior instituição financeira do país e atua em 95% dos municípios, sendo que em 564 destes, a cooperativa é a única forma de inclusão financeira disponível na região. Cooperativas são sociedades sem fins lucrativos, com capital social formado por quotas-pares dos associados. Assim como os bancos, as cooperativas de crédito fazem parte do SFN, por conseguinte são supervisionados pelo BACEN. Dessa forma, ambos devem utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e apesar das diferenças institucionais, filosóficas e operacionais adotam as mesmas práticas contábeis (MAIA et al., 2013). Várias especificidades podem ser constatadas como a relação de serviço, desenvolvida a partir de colaboração mútua, baseada em tratamento equitativo e princípios legais (MAIA et al., 2013). De modo que, seu objetivo principal é de acumular poupança e criar uma fonte de crédito para seus membros a uma taxa de juros justa e razoável.

De acordo com dados disponibilizados pelo BACEN, em dezembro de 2016, as cooperativas de crédito movimentaram cerca de R\$ 81,8 bilhões em operações de crédito e R\$ 103 bilhões em depósitos, possuem ativos de R\$ 221 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 36,6 bilhões. Embora esses resultados sejam um indicador de eficiência diante do seu quadro social, Hillier, Steverson-Clake e Lhaopadchan (2008) afirmam que, por serem organizações sem fins lucrativos não possuem o interesse em aumentar substancialmente sua rentabilidade. No entanto, fatores regulamentares específicos do sistema financeiro, como a Lei Complementar nº 130 de 2009, podem pressionar para que haja uma melhoria da rentabilidade a fim de atingir níveis de eficiência e segurança.

Apesar da forte regulamentação pertinente a instituições financeiras, acredita-se que práticas de Gerenciamento de Resultado (GR) podem ser utilizadas por elas. Como sabe-se, diversos são os fatores que podem motivar o GR em organizações de capital aberto: ofertas públicas de ações; emissões de ADR, lançamento de debêntures; e a própria divulgação do resultado do exercício. Já em instituições financeiras, há uma série de razões que atentam a não chamar atenção para perdas ocorridas no período, ou ainda, para demonstrar persistência das sobras. Um dos motivadores do GR configura-se na adequação mínima de capital, prevista no acordo de Basiléia e regulamentado pelo BACEN (MAIA et al., 2013, PEREIRA; SAITO, 2015). Por consequência, assume-se que os bancos e reguladores definem um nível específico de

proteção contra perda de crédito, o que leva também os bancos a assumirem uma reserva para perdas com empréstimo de acordo com o valor esperado com as perdas inesperadas (FONSECA; GONZALEZ, 2008). Na busca do equilíbrio, em bons momentos econômico, bancos tendem a reconhecer o risco de perda com empréstimos para ser compensado em maus momentos. Tais práticas de GR podem desencadear em fragilidade e opacidade das informações divulgadas, as quais não irão refletir a real situação financeira.

Macedo e Kelly (2015) analisaram os indícios de GR pelas 50 maiores instituições financeiras operantes no mercado brasileiro, no período compreendido entre 2006 e 2012, por meio do uso da conta específica PCLD. Seus resultados confirmam os indícios, ao demonstrar que o aumento do volume de operações de crédito e arrendamento mercantil explicam o aumento da PCLD. Especificamente, os resultados apontam para um GR influenciado pela manutenção do nível de lucratividade. Resultados semelhantes foram deflagrados por Koch, Waggoner e Wall (2018) ao examinar o impacto da orientação por incentivos aos gerentes seniores, sobre a decisão de GR em agências bancárias norte-americanas. Seus resultados mostram que os gerentes tendo em vista a remuneração a curto prazo utilizam o GR de resultados para reduzir o mau desempenho contábil, e garantir o pagamento de prêmios, assim também, utilizam o GR para a persistência das sobras.

Maia et al. (2013) investigaram a prática de GR em cooperativas de crédito. Seu estudo foca se há ocorrência de gerenciamento de resultados contábeis para adequação às regulações do Banco Central do Brasil (BACEN) e se há a ocorrência de gerenciamento para suavização de resultados. Os resultados auferidos demonstram que não há o GR para a adequação as normas reguladoras, porém fornecem evidências da ocorrência de suavização de resultados. Semelhante a Maia et al. (2013), Bressan, Bressan e Silva (2015), avaliaram se cooperativas de crédito filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) utilizavam GR para evitar a divulgação de perdas. Com a análise de 118 cooperativas, no período de 2001 a 2010, evidenciaram que há GR relacionada a não divulgação de perdas.

Diversos estudos investigaram a respeito do GR em instituições financeiras. Como proxy para detecção do GR, nota-se o uso da variável dependente específica, provisão crédito de liquidação duvidosa (AHMED; TAKEDA; THOMAS, 1999; GOULART, 2007; DANTAS et al., 2013; MAIA et al., 2013; BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2015; MACEDO; KELLY, 2015; BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2016). Para instituições financeiras, PCLD configura-se em uma espécie de fundo no qual encontram-se reservados valores com intuito de proteger de possíveis não recebimentos. Destaca-se, o estudo de Ozili (2017) o qual diferencia-se dos demais por desenvolver um modelo diferenciado para GR, onde utiliza a proporção das receitas com serviços prestados para o ativo total, como variável dependente. A receita com serviços prestados configura-se na cobrança de comissões e taxas sobre transações financeiras realizadas. Embora haja pesquisas sobre a temática, Hillier, Steverson-Clake e Lhaopadchan (2008) e Brown e Davis (2009) salientam que não há um consenso sobre as práticas de GR em instituições financeiras. Dada a natureza inconclusiva a respeito da regulamentação das instituições financeiras e seus incentivos para o GR, torna-se oportuno o desenvolvimento do presente estudo.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista que a utilização da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD é uma conta usual para gerenciamento de resultados contábeis sem haver impacto nos fluxos de caixa, e que, pela facilidade de utilizar essa conta contábil para promover a manipulação gerencial, também, torna-se uma conta que tem recebido maior atenção de auditorias internas e/ou contratadas. Ainda assim, as cooperativas de crédito possuem incentivo para promover o controle de seus resultados, sendo dois os motivos de maior intensidade: (1) o Banco Central do Brasil (BACEN) exige a observação de alguns critérios pelas instituições financeiras para o consentimento da autorização de funcionamento, como, é o caso da manutenção mínima de capital para a minimização dos riscos (MAIA et al., 2013); e (2) as cooperativas deverem apresentar seus resultados aos cooperados, bem como a divisão das sobras, em assembleia geral, o que pode abalar a confiabilidade da instituição (VENTURA; FONTES FILHO, SOARES, 2009). Assim, a utilização da conta

Rendas de Prestação de Serviços – RPS, a qual contempla receitas não financeiras, referente a comissão e taxa, poderia vir a ser utilizada para o gerenciamento real (OZILI, 2017).

Ozili (2017) destaca que a relação entre RPS (variável dependente) e Lucro Antes do imposto de Renda – LAIR (variável independente), poderia indicar o gerenciamento de duas formas: (1) a relação positiva sugere que as instituições financeiras usam o componente da receita não financeira (RPS) para aumentar os ganhos reportados; enquanto (2) a relação negativa sugere que as instituições financeiras usam esse componente da receita para suavizar os ganhos reportados. Trata-se, portanto, da possibilidade de exercer gerenciamento com dois propósitos distintos, o primeiro de aumentar os ganhos, e o segundo de suavizar os resultados ao longo do tempo. Esses dois propósitos estão de acordo com os dois principais incentivos para a utilização do gerenciamento, já relatados anteriormente. Assim, com intuito de pesquisar essa forma pouco explorada pela literatura sobre a maneira de exercer a manipulação de resultados, o presente estudo se propôs a investigar se as cooperativas de crédito brasileiras utilizam receita com serviços prestados para suavização dos ganhos reportados ou para aumentar a persistência dos lucros como GR. Para tanto, utilizou-se a métrica de Ozili (2017), que conta com algumas adaptações ao contexto brasileiro, conforme equação “1”.

$$RPS_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 LAIR_{i,t} + \beta_2 PCLD_{i,t} + \beta_3 RJDJ_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 PIB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (\text{Equação 1})$$

Em que: $RPS_{i,t}$ – Receita com Prestação de Serviços ponderado pelo Ativo Total; $LAIR_{i,t}$ – Lucro Antes do Imposto de Renda; $PCLD_{i,t}$ – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa ponderado pelo Ativo Total; $RJDJ_{i,t}$ – Receita com Juros menos Despesas com Juros ponderado pelo Ativo Total; $TAM_{i,t}$ – Ln do Ativo Total; e $PIB_{i,t}$ – Variação do Produto Interno Bruto. Além da relação entre a variável independente LAIR e RPS, já destacada, há relações com as outras variáveis “x” que podem capturar e/ou controlar a prática de gerenciamento. Por exemplo:

- PCLD – A literatura aponta que a utilização da RPS pode ser um substituto ou um complemento para o GR utilizado na conta PCLD (OZILI, 2017). A RPS pode ser uma alternativa mais viável financeiramente para o gerenciamento, do que demais alternativas de gerenciamentos de resultados reais, uma vez que antecipa ou posterga receitas de comissões e taxas. Ou seja, o gerenciamento ocorre: ao oferecer descontos para que os clientes antecipem os pagamentos; e/ou as instituições financeiras relaxem os juros para que os clientes posterguem os pagamentos, a depender da necessidade do período. Assim, caso a instituição financeira utilize níveis elevados de PCLD, menor tende a ser a utilização e RSP, na condição e substituto; ou, no caso de utilizar de forma complementar, espera-se haver uma relação positiva, na condição de complementar.
- RJDJ – A cobrança de comissões e taxas (RPS) pode ser uma alternativa para as companhias de crédito diversificarem seu risco sistemático e auferirem receitas de públicos distintos. Ocorre em situações em que o cliente utiliza o serviço da cooperativa para facilitar a operacionalização de seus recursos, mas não para a captação de recursos (OZILI, 2017). Assim, espera-se: uma relação positiva quando a cooperativa possui eficiência na diversificação; e negativa quando for ineficiente, uma vez que demonstraria que para auferir maior rentabilidade com cobrança de juros a empresa necessita isentar os clientes de taxas ou comissões, havendo estrita relação na venda de seus diferentes serviços.
- TAM – Cooperativas de maior tamanho podem ser mais bem monitoradas pela auditoria e/ou órgão regulador, de modo que a utilização do gerenciamento por meio da conta RPS pode ser mais conveniente, demonstrando, também, maior expertise gerencial. Além disso, uma relação positiva entre RPS e tamanho aponta uma maior cartela de clientes (OZILI, 2017).

- PIB – O PIB, como variável de controle, tem o papel de demonstrar os reflexos da economia nacional. Dessa forma, períodos em que o PIB estiver em crescimento, o banco poderá cobrar melhores taxas e comissões e manterá sua cartela de clientes. No entanto, em períodos em que o PIB estiver em declínio, os clientes obterão dificuldade no pagamento de taxas e comissões, gerando a necessidade de adaptação da instituição (OZILI, 2017), ou os clientes migrarão para instituições que os isentam desses custos, o que reduzirá esse tipo de receita às companhias de crédito da mesma forma. Uma vez que o PIB reflete as condições econômicas de forma geral, espera-se uma relação positiva com a capacidade de gerar receitas não financeiras.

As adaptações realizadas no modelo são ocorrem devido: a segregação de contas dada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e pela forma com que são disponibilizadas pelo BACEN; ao período amostral; e as técnicas estatísticas que os dados da pesquisa suportaram. Para a aplicação do modelo e realização dos testes, foram utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo BACEN. Em 2016 (período que se coincide ao início da realização desse estudo) o BACEN divulgou um ranking das maiores cooperativas de crédito brasileiras, de modo que a amostra inicial desse estudo contempla as 100 maiores. Esse grupo de cooperativas se destaca pelo cumprimento das obrigações de divulgação dos dados ao órgão regulador. Ainda assim, das 100 cooperativas de crédito selecionadas, 2 não puderam ser consideradas na amostra pela falta de informações. Além disso, considerou-se a utilização do período amostral de 2012 a 2020. Destaca-se que, ainda assim, algumas cooperativas não mantiveram divulgação constante para os períodos utilizado, de modo que foi necessária a utilização de estatísticas não balanceadas, o que totaliza 831 observações.

Para a análise dos dados, foram utilizadas estatísticas descritivas, testes de pressupostos e regressão linear múltipla com dados em painel. A metodologia selecionada, análise em painel, permite trabalhar os dados da regressão linear múltipla sob duas dimensões: temporal e espacial, ou seja, uma série temporal (*time series*) para cada corte transversal (*cross-section*) do conjunto de dados (WOOLDRIDGE, 2012). Além disso, a técnica permite eliminar os efeitos das variáveis omitidas a partir de variações na variável dependente ao longo dos anos. No entanto, é necessário analisar a aderência dos dados às três abordagens: *Pooled Ordinary Least Squares (POLS)*, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. A abordagem *POLS* estima um beta idêntico para uma variável explicativa ao longo de todas as observações da série temporal. Diferentemente ocorre na abordagem de Efeitos Fixos, a qual estima variações do beta para cada observação ao longo se uma série temporal. Já, a abordagem de Efeitos Aleatórios repercute as variações do intercepto (momento em que a reta da regressão corta o eixo y) de cada empresa no termo de erro. Os resultados dos testes: F de *Chow*, LM de *Breusch-Pagan*, e *Hausman*, são utilizados para a realização da escolha, conforme a correspondência dos dados (FÁVERO; FÁVERO, 2015).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção revela os resultados da pesquisa, bem como se dedica à análise e discussão desses. Posto isso, primeiramente apresentar-se-á as estatísticas descritivas das variáveis contínuas na Tabela 1:

Tabela 1 – Estatística Descritiva das variáveis

| Variáveis | Média | Mediana | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------|--------|---------|---------------|--------|--------|
| RPS | 1,501 | 1,595 | 3,147 | 0,000 | 81,74 |
| LAIR | 17,12 | 17,31 | 1,708 | 0,000 | 19,87 |
| PCLD | 0,012 | 0,010 | 0,014 | 0,000 | 0,330 |
| RJDJ | 0,014 | 0,010 | 0,015 | -0,090 | 0,260 |
| TAM | 20,99 | 21,26 | 1,522 | 11,24 | 26,53 |
| PIB | -0,199 | 1,100 | 2,643 | -4,100 | 3,000 |

Fonte: Os autores (2021).

Legenda: RPS – Receita com Prestação de Serviços; LAIR – Lucro Antes do Imposto de Renda; PCLD – Provisão

para Crédito de Liquidação Duvidosa; RJDJ – Receita com Juros menos Despesas com Juros; TAM – Tamanho da Cooperativa; e PIB – Produto Interno Bruto.

Sobre a Tabela 1, é importante destacar que, as variáveis RPS, PCLD e RJDJ são ponderadas pelo Ativo total para a minimização da variabilidade relativa ao tamanho das cooperativas de crédito. Além disso, preocupou-se com o controle da variável TAM, a qual é mensurada pelo logaritmo natural do Ativo Total, métrica já consistente na literatura, e que minimiza a variabilidade. Embora que a variabilidade seja importante para a detecção de relações, o que se pretende no estudo, é importante que se tente minimizar os problemas da não obtenção de uma distribuição normal para os procedimentos estatísticos escolhidos. Salienta-se que além de haver a preocupação com os procedimentos estatísticos, as estratégias utilizadas possuem significado e são coerentes com a literatura sobre o tema.

Ainda assim, a variável RPS possui maior desvio padrão, perpassando de 81,74 a 0, no entanto, frisa-se que algumas cooperativas de crédito que compõem a amostra não divulgaram informações relativas a todos os períodos contemplados no estudo. E que, a variabilidade diz respeito especialmente ao valor de limite máximo, já que a média e mediana são essencialmente baixas e próximas entre si. A variável PCLD obteve variabilidade bem menos acentuada e, mesmo assim, pode ter refletido valor mais elevado do que o observado devido a não divulgação de valores terem puxado para baixo esse parâmetro. Ainda, as variáveis LAIR e TAM obtiveram boa variabilidade e valores máximos enfáticos se comparados aos valores mínimos, indicado a possível existência de uma relação positiva. Embora que, a variável PIB obtenha valor mínimo e máximo quase que inversamente proporcional, a diferença entre sua média e mediana indicam que, os valores máximos e mínimos foram praticamente anulados durante o período e que, ainda assim, o país obteve um desempenho econômico mediano positivo, embora baixo. Já, o comportamento da variável RJDJ foi relativamente uniforme considerando a quantidade de observações gerada pela amostra e período do estudo, de forma que é presumível a não existência de uma relação entre esta variável e a RPS.

Ao avançar a análise estatística para a técnica de regressão linear múltipla, torna-se necessário a realização de alguns testes de pressupostos, que podem ser observados na Tabela 2:

Tabela 2 - Teste dos pressupostos

| Testes | Coef. | p-value |
|---|------------|----------|
| Wooldridge | 1,960 | 0,053 |
| White | 7,190 | 0,996 |
| Normalidade dos resíduos | 250913,734 | 0,000*** |
| Fatores de Inflacionamento da Variância | ≤ 1,183 | - |

Fonte: Os autores (2021).

Legenda: Teste de Wooldridge – H0: Não autocorrelação, e H1: Autocorrelação; Teste de White – H0: Homoscedasticidade, e H1: Heterocedasticidade; Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF): considerado bom abaixo de 3 e tolerável até 10.

Na Tabela 2, constam os resultados dos testes de pressupostos referentes ao modelo de regressão linear (FÁVERO et al., 2009). O Teste de Wooldridge apontou a autocorrelação dos resíduos, uma vez que não foi possível rejeitar a hipótese nula de que não existe autocorrelação de primeira ordem, considerado uma grave violação de pressupostos. Assim, torna-se necessário a utilização de erros padrões robustos, uma vez que essa metodologia permite analisar os dados que quebram o pressuposto de autocorrelação. O Teste de White não rejeita a hipótese nula de que os dados não apresentam heterocedasticidade, ou seja, os dados possuem homoscedasticidade. O teste de normalidade dos resíduos rejeitou a hipótese nula da existência de distribuição normal. O teste de Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF) utilizado para testar a colinearidade evidenciou maior VIF de 1,96. Tal resultado é considerado adequado, já que são consideradas variáveis com problemas de multicolinearidade aquelas cujo VIF apresentam-se acima de 10. Wooldridge (2012), expõe que alguns pressupostos podem ser relaxados quando a amostra é grande (como é o caso deste estudo, onde $n = 882$ observações), pois neste caso as estatísticas terão distribuições bem aproximadas dos testes F e t.

A Tabela 3 apresenta os testes realizados para verificar o diagnóstico de painel mais adequado aos dados da pesquisa:

Tabela 3 – Diagnóstico de painel

| Testes: | Variância dos Resíduos / Chow | | Breusch-Pagan | | Hausman | |
|---------|-------------------------------|---------|---------------|---------|---------|-----------|
| | F | p-value | LM | p-value | H | p-value |
| Modelo | 1,037 | 0,391 | - | - | 52,783 | 0,000 *** |

Fonte: Os autores (2021).

Legenda: Teste de Variância dos Resíduos / Chow – H0: Modelagem *Pooled*, e H1: Modelagem Efeitos Fixos; Teste LM de Breusch-Pagan – H0: Modelagem *Pooled*, e H1: Modelagem Efeitos Aleatórios; e Teste de Hausman – H0: Modelagem Efeitos Aleatórios, e H1: Modelagem Efeitos Fixos.

Observa-se, na Tabela 3, que os dados permitiram a utilização dos testes de Variância dos Resíduos e de Hausmann, não apresentando aderência ao modelo de efeitos aleatórios, que poderia ser indicado pelo teste de Breusch-Pagan. Isso ocorre devido o teste de Breusch-Pagan estar baseado no teste multiplicador de Lagrange, que testa em sua hipótese nula se as variâncias dos erros são iguais (ou seja, apresentam homoscedasticidade) contra a hipótese alternativa de que as variâncias dos erros são uma função multiplicativa de uma ou mais variáveis utilizadas no modelo. De outra forma, a hipótese nula demonstraria aderência ao modelo de MQO agrupado (*pooled*) e a hipótese alternativa da aderência aos efeitos aleatórios. Dessa forma, a não apresentação do teste indica que os modelos MQO e efeitos aleatórios não seria a melhor opção para a análise dos dados pertencentes ao modelo em questão. Considera-se ainda que o teste de Variância dos Resíduos indicou a utilização do MQO agrupado, enquanto o teste de Hausman indicou a utilização do painel com efeitos fixos. Tendo em vista que o modelo de efeitos fixos é mais robusto, e que auxilia responder de melhor forma a questão de pesquisa levantada, optou-se por esse formato de análise.

A Tabela 04 nos apresenta os resultados obtidos no modelo de regressão linear múltipla analisados por meio do painel com abordagem efeitos fixos e erros-padrão robustos.

Tabela 04 – Regressão Linear Múltipla (em Painel de Efeitos fixos e erros-padrão robustos)

| | Variável Dependente: RPS | | | |
|---------------------------|--------------------------|-------------|---------|------------|
| | Coefficiente | Erro Padrão | Razão-t | P-valor |
| Const. | -4,13893 | 1,81758 | -2,277 | 0,0250 ** |
| LAIR | 0,277781 | 0,0920225 | 3,019 | 0,0032 *** |
| PCLD | -27,4122 | 9,21999 | -2,973 | 0,0037 *** |
| RJDJ | 12,6306 | 7,92199 | 1,594 | 0,1141 |
| TAM | 0,0503337 | 0,0292795 | 1,719 | 0,0888 * |
| PIB | 0,101003 | 0,0322120 | 3,136 | 0,0023 *** |
| LSDV | | | | 0,137810 |
| R-squared | | | | 0,040282 |
| S.E. of regression | | | | 3,121601 |

Fonte: Os autores (2021).

Legenda: RPS – Receita com Prestação de Serviços; LAIR – Lucro Antes do Imposto de Renda; PCLD – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa; RJDJ – Receita com Juros menos Despesas com Juros; TAM – Tamanho da Cooperativa; e PIB – Produto Interno Bruto. Os resultados do Teste $t \leq -2,27, -1,96$ e $-1,64$; ou $\geq 2,27, 1,96$ e $1,64$, denotam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10% (bicaudal), representado pela sobreposição de asteriscos: ***, **, *, respectivamente no p-valor.

Os resultados, apresentados na Tabela 4, demonstram estatisticamente a consistência da metodologia utilizada para responder ao que o estudo se propôs. Observa-se que, foi possível detectar uma relação positiva e significativa a um nível de 99,9% de confiabilidade entre o LAIR e a RPS. Ou seja, cooperativas de crédito brasileiras utilizam as receitas com comissões e taxas (RPS) como uma alternativa para promover

o GR, aumentando a persistência dos lucros. Dessa forma, os resultados dessa pesquisa, obtidos a partir de uma amostra de cooperativas de crédito nacionais, são semelhantes ao da pesquisa realizada por Ozili (2017), que considerou uma amostra de bancos europeus, no sentido de confirmar a utilização da RPS para a manipulação do resultado. Contudo, no Brasil o valor das receitas não financeiras é utilizado para aumentar os resultados, enquanto, na Europa a RPS é utilizada para suavizar os resultados. Isto é, quando os bancos reportaram menor receita financeira, reportaram maior valor de RPS, e vice-versa, apresentando uma relação negativa. Assim, a Receita com Prestação de Serviços pode ser utilizada como um mecanismo de proteção para a minimização de riscos sistemáticos. Na qualidade da relação positiva observada entre RPS e LAIR, é pouco provável que as cooperativas de crédito nacionais sejam capazes de utilizar essa conta para proteção do risco sistemático.

O modelo utilizado para esta pesquisa, conta com o controle de uma variável específica para testar a possibilidade de as companhias estarem utilizando a RPS para a redução do risco sistemático, a RJDJ. E, os resultados não confirmaram que as cooperativas de crédito utilizaram da RPS com o propósito de diversificação de receita e, conseqüentemente, redução desse tipo de risco. Esse resultado já era esperado, uma vez que foi reparado pouca variabilidade dos dados referentes a essa variável nas estatísticas descritivas. No entanto, se analisado o valor correspondente o teste “t” / p-valor, nota-se que ele está muito próximo a uma relação positiva e significativa a nível de 90% de confiabilidade. Dentro dos limites estabelecidos pela ciência (de confiabilidade mínima de 95%), não é permitida a confirmação de uma relação, mas não se pode negar que há um indício. Dessa forma, considera-se como um indício, já que utilizamos apenas uma amostra das cooperativas de crédito nacionais (dada a dificuldade de obtenção de dados). Caso confirmado, poder-se-ia dizer que no contexto brasileiro a RPS não é utilizada para a redução do risco sistemático, uma vez que se observa uma simetria na oferta dos produtos que geram receita financeira (RJDJ) e não financeira (RPS) (OZILI, 2017). E, que isso pode ser consequência da escolha de utilizar a RPS para gerenciar os resultados, ao invés de suavizá-los.

Anteriormente ao trabalho de Ozili (2017), os estudos sobre GR nas instituições financeiras analisavam comportamento da conta Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para sua detecção (FONSECA; GONZALEZ, 2008; SAURINA, 2009; BALLA; MCKENNA, 2009; CURCIO; HASAN, 2015). Assim, Ozili (2017) propõem que a RPS pode ser utilizado como forma de gerenciamento substituta ou complementar a PCLD. Isso significa que: (1) a RPS poderia ser utilizada quando reduzida a utilização da PCLD, uma vez que é mais difícil de detectar o gerenciamento pela RPS nas auditorias, o que seria confirmado por uma relação negativa; ou, a RPS poderia ser adicionalmente utilizada, além da PCLD, o que seria confirmado por uma relação negativa. Sob essa ótica, a obtenção de uma relação significância entre as variáveis PCLS e RPS, tanto positiva, quanto negativa contribui para confirmar a prática de manipulação de resultados. E, o resultado desse estudo confirma a um nível de significância de 1% a existência de uma relação negativa, de forma que as cooperativas de crédito brasileiras utilizam a RPS de forma substituta à manipulação para exercer o GR. No Brasil, Maia et al. (2013), detectou a prática de suavização de resultados por meio da PCLD, de lá para cá as exigências emanadas pelas auditorias e órgão regulador tem se intensificado, o que pode ter contribuído para um aprimoramento na forma que os gestores têm encontrado para a manutenção dos lucros aos níveis desejados.

Outra variável que pode interferir no nível de utilização da RPS, além da expertise gerencial, é o tamanho das instituições financeiras, a qual foi igualmente considerada no modelo testado. Sood (2012) também se preocupou em controlar o tamanho da empresa, para ele o tamanho do banco estaria associado com a capacidade de conceder empréstimos bancários e, conseqüentemente, com a possibilidade de inadimplência, a qual veio a ser a *proxy* (PCLD) para sua variável dependente de detecção do GR. Para o contexto do modelo utilizado nessa pesquisa, compreende-se que as cooperativas de crédito de maior tamanho podem ser mais bem monitoradas, tanto pela auditoria, quanto pelo órgão regulador, de modo que a utilização excessiva do GR por meio da PCLD poderia ser facilmente detectada. Nesse sentido, concebe-se a ideia de que poderia haver um movimento migratório do GR por meio de *acruais* discricionário

artificiais para os reais, ou seja, com impacto além dos resultados, nos fluxos de caixa. Os resultados da análise estatística confirmaram esse raciocínio, uma vez que se obteve uma relação positiva entre TAM e RSP, ou seja, quanto maior o tamanho da instituição de crédito, maior a expertise do gestor em disfarçar o GR. Indica também, que instituições financeiras maiores obtêm maior carteira de clientes e, conseqüentemente, consegue obter mais RSP. Assim como Sood (2012) e Ozili (2017), os resultados desse estudo confirmam que instituições de maior tamanho fazem maior uso do GR, no entanto, o presente estudo detectou uma relação fraca (a nível de 10% de p-valor), o que pode levar ao indicativo de que a expertise do movimento migratório ainda está se desenvolvendo.

Por fim, compreende-se a importância da utilização de uma variável exógena capaz de refletir o risco sistemático relativo a cada um dos períodos considerados, o que pode repercutir nas RPS. Para tanto, utilizou-se a variação do PIB nacional. Os resultados da pesquisa indicaram uma relação positiva e significativa entre o PIB e a RPS. De modo que, um crescimento no PIB reflete no crescimento das receitas não financeiras, assim como, um declínio no PIB reflete no declínio delas. De acordo com Ozili (2017) isso ocorre especialmente devido o movimento produzido pela dificuldade financeira ou pela busca de redução de custos dos clientes, que acaba por pressionar as instituições financeiras a optar pela isenção das comissões e taxas. Assim, é possível que em períodos de crise financeira os gestores das instituições de crédito sejam pressionados a retornar para a alternativa artificial de gerenciamento de resultados (PCLD), uma vez que se observou que a RPS é substitua da PCLD.

5 LIMITAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Destaca-se que os resultados e interpretações apresentadas nessa seção estão sujeitas a alterações, a depender da amostra, período amostral e variáveis consideradas. Nesse estudo, considerou-se as Top 100 cooperativas de crédito nacionais, de modo que os resultados e respectivas análises cobrem esse grupo. Muito embora não se tenha abrangido a totalidade de cooperativas de crédito nacionais, compreende-se que a escolha amostral presa pela prudência, no que se refere a qualidade das informações publicadas, o que torna possível responder com maior segurança a questão alçada. Além disso, ao selecionar as Top 100, estamos trabalhando com uma amostra de grande representatividade do segmento de cooperativas de crédito brasileiro. No que tange o período amostral, deve-se considerar que no ano de 2009, foi criada a Lei Complementar de número 130 (BRASIL, 2009) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga os dispositivos das Leis números 4.595/64 e 5.764/71 (BRASIL, 1971). Tal alteração pode ser compreendida como um marco na história do cooperativismo nacional, pois as cooperativas passam a ser reconhecidas como agentes financeiros, habilitadas a oferecer os mesmos produtos e serviços dos bancos comerciais, pois passa a haver maior segurança legal para a atuação do setor. Como o estudo valeu-se de um modelo desenvolvido para bancos comerciais, por considerar a conta de Receita com Prestação de Serviços (RPS) como alternativa para identificação do GR (OZILI, 2017), considerou-se o período temporal de 2012 a 2020. Isso porque, entendeu-se que os primeiros anos (2010 e 2011) após a publicação da Lei 130/2009 os dados contábeis poderiam estar contaminados pela mudança instituída tanto pela forma como operavam, quanto pela forma que reconheciam suas receitas. Essas escolhas nos conduziram, conseqüentemente, a adaptação do modelo proposto por Ozili (2017). Ainda assim, a bagagem teórica, os achados da pesquisa e as discussões e as conclusões realizadas nesse estudo são relevantes.

O presente estudo traz importantes contribuições. Com a literatura, ao trazer algumas reflexões sobre o que já se produziu e novos olhares sobre o GR em cooperativas de crédito. Os órgãos reguladores e de fiscalização, ao alertar sobre o uso da conta RPS para o GR. Para com a sociedade, no sentido de preocupar-se com a segurança do SFN e o desenvolvimento econômico. Os stakeholders, ao alertar sobre as possíveis intenções da cooperativa em oferecer descontos e adiamentos irresistíveis nos serviços prestados. E, por fim, com os associados, ao oferecer resultados que demonstram a presença de tal prática e análises sobre os impactos do uso, bem como alertar para a real saúde financeira do negócio. Os órgãos reguladores, ao tomar consciência das novas evidências encontradas nesse estudo, podem vir a tornar mais eficientes a qualidade

do crédito e, conseqüentemente, melhorar a estabilidade do sistema financeiro. O monitoramento sobre a qualidade do crédito é indispensável para garantir a solidez do sistema financeiro, além de prevenir crises sistêmicas. Assim, torna-se relevante os estudos que investigam a qualidade das informações contábeis, a qual é afetada pelo GR. Portanto, o estudo em questão apresenta: uma nova perspectiva de análise, com relação ao percurso de manipulação dos resultados; e uma proxy eficiente, uma vez que se obteve significância em quase todas as variáveis do modelo (ou, pelo menos, demonstrando ser um indício forte). Isso torna possível a realização de estudos futuros, que avaliem, por exemplo, as implicações do GR na obtenção de recursos de agentes poupadores, na saúde financeira em períodos de crise e, no próprio enfrentamento da crise. Ou, ainda há espaço para uma maior compreensão sobre o GR, que pode vir a ser explicado pela ética, gerenciamento de risco, ou pela governança corporativa.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa investigou se as cooperativas de crédito brasileiras utilizam receita com prestação de serviços para suavização dos ganhos reportados ou para aumentar a persistência das sobras com GR. Os resultados dos testes estatísticos convergiram com a literatura de base, demonstrando que as cooperativas de crédito brasileiras promovem o GR com intuito de aumentar as sobras reportadas a partir da manipulação realizada nas Receitas com Prestação de Serviços (RPS), a qual se refere a comissões e taxas. Observou-se, também, que a conta RPS foi utilizada como forma substituta à conta de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) para promover a manipulação de resultados. Isso significa dizer que os administradores responsáveis, juntamente com a equipe contábil/financeira, pelas cooperativas de crédito, em especial nas de maior porte, tem ampliado sua expertise gerencial no registro contábil com interesse posterior, do reporte das informações. Adicionalmente, esses resultados demonstram a preocupação na possível detecção do GR promovida na conta de PCLD, pois é de fácil verificação e possui interferência apenas nos resultados, uma vez que passam a utilizar a conta RPS em que há interferência tanto nos resultados, quanto nos fluxos de caixa. Ou seja, observa-se um movimento migratório do GR por *accruals* discricionários artificiais para os reais. No entanto, em períodos de recessão econômica é provável que as cooperativas retornem a utilizar o gerenciamento pela PCLD, já que a RPS é afetada pela crise, além da constatação anterior de que PCLD e RPS são formas substitutas, o que vem a reforçar esse raciocínio.

Apesar da concepção de que os bancos possuem interesse na maximização das sobras das cooperativas serem constituídas para atividades sem fins lucrativos, e que, portanto, não dever-se-ia obter interesse na manipulação dos resultados, não há grandes diferenças entre elas enquanto a essa prática, de forma que o GR se faz presente no sistema financeiro nacional (BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2016). Ainda que os resultados dessa pesquisa apontaram que cooperativas de crédito exerceram o gerenciamento seus resultados com o propósito de aumentar a persistência das sobras e que, pesquisas nacionais realizadas anteriormente haviam apontado a prática voltada para a intenção de suavização de resultados (BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2015; BRESSAN; BRESSAN; SILVA, 2016), o efeito de manipulação não era menos nocivo ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Isso porque, o SFN é composto por um conjunto de instituições, as quais deve-se garantir condições satisfatórias para ocorra fluxo de recursos entre poupadores e investidores. Ou seja, os intermediários financeiros (bancos e cooperativa de crédito) devem atuar na transferência de recursos entre os agentes superavitários e deficitários, de modo a garantir liquidez. E, se o resultado econômico/financeiro apresentado no final do período tiver sofrido manipulações, pode ser indicativo de um problema de liquidez nas operações, o que é capaz de prejudicar o agente poupador, que renuncia de um recurso hoje com expectativa de um recurso melhor (capital investido + rendimentos) no futuro.

REFERÊNCIAS

AHMED, Anwer S.; TAKEDA, Carolyn; THOMAS, Shawn. Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. **Journal of accounting and economics**, v. 28, n. 1, p. 1-25, 1999.

BACEN. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 31 maio de 2020.

BALLA, Eliana; MCKENNA, Andrew B. Dynamic provisioning: a countercyclical tool for loan loss reserves. **FRB Richmond Economic Quarterly**, v. 95, n. 4, p. 383-418, 2009.

BRASIL. **Lei n° 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL. **Lei Complementar n° 130**, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRESSAN, Valéria Gama Fully; BRESSAN, Aureliano Angel; SILVA, José Marcos. Evitar Divulgar Perdas: Foi Uma Estratégia Utilizada na Última Década pelas Cooperativas de Crédito Filiadas ao Sicredi?. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 2, n. 3, p. 27-42, 2015.

BRESSAN, Valéria Gama Fully; BRESSAN, Aureliano Angel; DA SILVA, José Marcos. Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o Income Smoothing às filiadas do Sicredi. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n.3, p. 283-300, 2016.

BRESSAN, Valéria Gama Fully. **Seguro depósito e moral Hazard nas cooperativas de crédito brasileiras**. Departamento de Economia e Gerenciamento do Agronegócio; Economia das Relações Internacionais; Economia dos Recursos da Universidade Federal de Viçosa - Tese de Doutorado, 2009.

BROWN, Christine; DAVIS, Kevin. Capital management in mutual financial institutions. **Journal of Banking & Finance**, v. 33, n. 3, p. 443-455, 2009.

CPC (2011). **Pronunciamento Conceitual Básico–Estrutura Conceitual**, de 11 de janeiro de 2008.

CURCIO, Domenico; HASAN, Iftekhar. Earnings and capital management and signaling: the use of loan-loss provisions by European banks. **The European Journal of Finance**, v. 21, n. 1, p. 26-50, 2015.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otávio Ribeiro; GALDI, Caio Fernando; COSTA, Fábio Moraes. Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelo de dois estágios. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 24, p. 37-54, 2013.

FÁVERO, Luiz Paulo; FÁVERO, Patricia. Análise de dados: modelos de regressão com EXCEL®. STATA® e SPSS. LTC, 2015.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia Prado; SILVA, Fabiana Lopes; Chan, Betty Lilian. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Elsevier, 2009.

FONSECA, Ana Rosa; GONZALEZ, Francisco. Cross-country determinants of bank income smoothing by managing loan-loss provisions. **Journal of Banking & Finance**, v. 32, n. 2, p. 217-228, 2008.

GOULART, André MC. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - Tese de Doutorado, 2007.

HILLIER, David; Hodgson, Allan; STEVERSON-CLAKE, Peta; LHAOPADCHAN, Suntharee. Accounting window dressing and template regulation: A case study of the Australian credit union industry. **Journal of Business Ethics**, v. 83, n. 3, p. 579-593, 2008.

JOVANOVIC, Tanja; ARNOLD, Christian; VOIGT, Kai-Ingo. Cooperative banks in need of transition: The influence of Basel III on the business model of German cooperative credit institutions. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 5, n. 1, p. 39-47, 2017.

KOCH, Timothy W.; WAGGONER, Daniel F.; WALL, Larry D. Incentive compensation, accounting discretion and bank capital. **Journal of Economics and Business**, v. 95, p. 119-140, 2018.

MACEDO, Marcelo Alvaro; KELLY, Vera Lúcia. Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2016.

MAIA, Saulo Cardoso; BRESSAN, Valéria Gama Fully; LAMOUNIER, Wagner Moura; BRAGA, Marcelo Braga. Earnings management in Brazilian credit unions. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 91-109, 2013.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, p. 7-17, 2008.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; DE ALMEIDA, Lara Cristina Francisco; LEMES, Sirlei. Gerenciamento de resultados contábeis por meio de ativos fiscais diferidos. **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 11, n. 1-2, 2009.

MAZZIONI, Sady; KLANN, Roberto Carlos. Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 35, n. 1, p. 55-73, 2016.

OZILI, Peterson K. Bank earnings management and income smoothing using commission and fee income: A European context. **International journal of managerial finance**, 2017.

PEREIRA, João André C. Marques; SAITO, Richard. How banks respond to Central Bank supervision: Evidence from Brazil. **Journal of Financial Stability**, v. 19, p. 22-30, 2015.

SAURINA, Jesús. Loan loss provisions in Spain. A working macroprudential tool. **Revista de Estabilidad Financiera**, v. 17, p. 11-26, 2009.

SHAH, Syed Qasim; JAN, Rizwan. Analysis of financial performance of private banks in Pakistan. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 109, p. 1021-1025, 2014.

SOOD, Heba Abou El. Loan loss provisioning and income smoothing in US banks pre and post the financial crisis. **International Review of Financial Analysis**, v. 25, p. 64-72, 2012.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; SOARES, Marden Marques. Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. **Brasília: Bcb**, v. 256, 2009.

WOCCU - World Council of Credit Unions. **2018 Statistical Report. 2019**. Disponível em: https://www.woccu.org/our_network/statreport. Acesso em: 31 maio 2020.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2012.